

Editorial

A política de gestão democrática do ensino ganhou destaque nas discussões que antecederam a promulgação da Constituição Federal de 1988. Em 1988 o país saía de um período ditatorial com a expectativa e a necessidade de viver, principalmente a partir de 1980, relações mais democráticas. O movimento pelas *Diretas já*, pelo retorno de eleições para governantes, os movimentos grevistas, o movimento pela democratização interna das organizações, a conquista da liberdade de organização partidária, entre outros, configuraram um *clima* favorável à democratização de várias esferas da sociedade brasileira, inclusive na organização do próprio Estado.

Dessa forma, a gestão democrática do ensino público tornou-se um dos princípios da educação na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que contempla os direitos sociais, civis e políticos, pressupostos de uma sociedade que se deseja democrática. Com essa perspectiva, foram introduzidas, em alguns Estados, medidas de democratização, como, por exemplo, a eleição de dirigentes escolares, com o propósito de promover a participação de todos os agentes, inclusive da comunidade, nos processos educativos.

Foi em torno da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), n. 9394/96, que o princípio da gestão democrática do ensino voltou a ser discutido, porém já com conflitos de interesses e influências diferentes daqueles observados no debate que antecedeu a Constituição. Dentre essas influências, podemos citar a exercida pelas políticas disseminadas pelo Banco Mundial de caráter neoliberal. Com forte influência dessas diretrizes e depois de um processo longo e complicado no qual foram descartadas as propostas advindas das comunidades escolares e dos educadores, a LDB n. 9394/96 foi sancionada, e nela o princípio da gestão democrática voltou a figurar.

No entanto, ainda que represente um avanço, a simples presença nos textos da Constituição e da LDB de medidas democratizadoras não implica a sua execução, isto é, elas não garantem por si mesmas a prática da gestão democrática no interior das escolas.

Na sociedade brasileira ainda se encontram o patrimonialismo, o clientelismo e a burocracia, bem como a falta de uma cultura de participação. Isso traz dificuldades para o rompimento com a organização *taylorista* e *fordista* do trabalho na escola. Além disso, a política educacional brasileira continua sendo influenciada pela correlação de forças desiguais entre o Ministério da Educação e Cultura, as Secretarias de Educação e as

Unidades Escolares. Os órgãos intermediários agem, na maioria das vezes, de forma antidemocrática, o que resulta na continuidade de relações de mando e submissão nas escolas.

Em suma, os anos de 1980 foram marcados pelo intenso movimento de luta pela garantia dos direitos fundamentais, o que levou à denominada abertura política e à garantia do princípio na Lei da gestão democrática no ensino público. Já os anos de 1990 foram marcados pela elaboração e implementação de políticas educacionais sob a influência do neoliberalismo, o que dificultou o desenvolvimento do projeto democrático nas escolas públicas.

Desse modo, segue em curso a contradição. A gestão da educação e da escola pública é um dos itens da política educacional que aparece nos discursos dos governantes e na legislação, atendendo ao ideal democrático da sociedade. Entretanto, a hegemonia da práxis liberal, que aparece nas práticas dos dirigentes políticos e escolares, dificulta a vivência democrática e, conseqüentemente, a democratização da escola pública.

Tendo como pano de fundo esse cenário, o volume 8, número 1, de *Educação em Revista* pretende discutir e analisar como se encontra, no século XXI, o projeto de gestão democrática nas escolas.

Em *Racionalidades organizacionais e relações de poder na escola pública portuguesa: construindo uma gestão mais democrática*, de Custódia Rocha, observamos similaridades entre a realidade das escolas portuguesas e a das brasileiras. A autora afirma que na estrutura piramidal de relações de poder do sistema educacional, no âmbito da escola, não há possuidores do poder, mas mulheres e homens em um sistema relacional que se altera e é atualizado “[...] dentro das incertezas e ambigüidades da denominada gestão das escolas”.

Josias Benevides da Silva, em *Um olhar histórico sobre a gestão escolar*, resgata o debate acerca da gestão pública educacional e da legislação, enfocando os temas da democracia e da participação, pressupostos da gestão democrática.

Em *Gestão da escola: o projeto pedagógico, o trabalho e a profissionalidade dos professores*, Liliana Soares Ferreira reflete sobre a importância da participação dos professores e professoras no processo de elaboração do projeto político pedagógico, como um processo educativo de aprendizado do diálogo democrático acerca das necessidades dos alunos, das alunas e da instituição. Discorre, também, sobre a profissionalidade e o trabalho escolar, concebendo os (as) docentes como gestores da aula.

Cristiane Ludwig, Amarildo Luiz Trevisan e Sueli Menezes Pereira abordam, em *A ação comunicativa e a perspectiva democrática na*

educação, a partir da teoria habermasiana, o contexto contemporâneo e as “[...] possibilidades da educação na formação do sujeito autônomo e crítico”, ideal dos anos de 1980 e ainda não concretizado na escola pública brasileira.

Marcia Cristina Argenti Perez, em os *Encontros e desencontros da educação escolar*: implicações para a democratização do ensino, mostra que a política educacional, ao mesmo tempo em que se pautou pelos princípios de igualdade de oportunidades, promovendo o acesso à educação, “legitimou processos de segregação social”, o que é incoerente com o projeto democrático.

Carlos Alberto Gomes, em *O Partido Socialista e a crise da escola pública em Portugal*: soberania, centralização política e controle sobre os professores, apresenta um quadro que também não é coerente com os princípios da democracia e que representa um dos problemas contemporâneos das sociedades democráticas. Nelas encontra-se o processo de garantia de direitos e, ao mesmo tempo, de ajustes econômicos provocados pelas políticas neoliberais, o que tem influenciado ações de governos de esquerda. Gomes aborda a relação Estado e poder político com professores, escolas e sindicatos, apontando a centralização política das decisões voltadas à educação, o que vai contra os princípios da gestão democrática da educação.

Constatar os percalços é, também, uma das formas de se abrir caminhos. Desse modo, com as reflexões aqui apresentadas, esperamos contribuir para com a determinação e discussão dos fatores que dificultam a concretização da gestão democrática na escola pública. Mas, esperamos, também, apontar para as suas possibilidades de avanço, com a certeza de que esse é um projeto em construção e que as pesquisas podem contribuir para a sua evolução.

As Organizadoras

